

inadimplência desorganizada

Márcio Di Pietro

Setúbal: estamos na

10 • QUINTA-FEIRA, 27/10/83

Porto Alegre — O ex-prefeito de São Paulo e presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, afirmou ontem que o Brasil «está sob o risco da inadimplência desorganizada», sustentando que «é preciso conviver com a crise se quisermos superá-la». Setúbal disse, em palestra na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, que precisamos compreender o momento econômico, «enfrentar com dignidade suas consequências sociais, preservar o processo de liberalização política e caminhar na direção da conciliação dos brasileiros em torno de um projeto nacional, formulado por uma equipe respeitada interna e externamente».

O empresário paulista assinalou que a participação dos empresários na busca de soluções é um direito e uma obrigação, «uma responsabilidade permanente». Setúbal disse que a recessão aumenta e a inflação avança, não havendo, para superar «as perplexidades do momento», regras mágicas nem fórmulas misteriosas e que «somente com o trabalho conseguiremos neutralizar o sentimento de angústia e ceticismo dominante em todos os segmentos sociais, mobilizando-os para a tarefa de reconstrução nacional e reordenação econômica».

O ex-prefeito de São Paulo assinalou que «na situação atual, onde o discurso da austeridade não vem sendo acompanhado de metas explícitas de médio e longo prazos, é perigoso despertar esperanças que não possam ser atendidas».

Diante do impasse, argumentou Setúbal, impõe-se a fixação de objetivos que justifiquem, perante a sociedade, novos pedidos de sacrifícios e mudanças de hábitos, valores e padrões de consumo. Para ele, «subjacente ao pragmatismo decisório que traduz a carência de alternativas de curto prazo, encontra-se a ausência total de qualquer objetivo de médio e longo prazos, capaz de nortear nossa ação presente».

Após mencionar o documento dos empresários e entregue a Aureliano Chaves quando este exerceu interinamente a Presidência, que censura a imobilização pela questão de curto prazo, Setúbal acentuou que «a questão da dívida externa tem que ser discutida após um amplo debate nacional sobre os meios para a reordenação da economia interna, como condição básica para uma renegociação com nossos credores».

Ele sugeriu a adoção de medidas para restabelecer a ordem nas finanças e na política monetária, condenando o excesso de gastos públicos, gerando um déficit que aumenta o endividamento interno e eleva as taxas de juros e a inflação a níveis absurdos.

Após criticar a ação do governo para refinanciar a dívida interna, emitindo ORTNS com cláusula cambial em grandes volumes, o que aumenta as taxas e a especulação, Setúbal preconizou uma lei que fixe o teto de emissão de papel moeda e da dívida pública, como nos EUA, e defendeu a unificação dos orçamentos fiscal, monetário e das estatais.

Outra providência defendida por Olavo Setúbal é a desdolarização da economia, observando que em 31 de dezembro de 1982 tínhamos Cr\$ 22 trilhões de ativos financeiros indexados em dólares, quando, na mesma data, incluindo os depósitos dos bancos, à vista e a prazo, letras de câmbio e cadernetas de poupança, cerca de Cr\$ 14 trilhões.

Setúbal lembrou que nos últimos 12 meses a desvalorização do cruzeiro foi de 256%, prejudicando as empresas com passivos indexados em dólares e criando uma situação insustentável. Referiu-se depois ao custo dos financiamentos em moeda estrangeira, que chegaram a 310% nos últimos 12 meses, levando muitas empresas à insolvência, como é o caso das empresas Matarazzo e Ometto.

Ele sugeriu a utilização da Resolução 432, do Banco Central para que as empresas paguem, em cruzeiros, no Banco Central, a dívida em moeda estrangeira. Outra medida que defende é o resgate antecipado das ORTN'S cambiais, lembrando que somente no primeiro semestre deste ano a correção cambial acima da correção monetária das ORTN'S em poder do público totalizou Cr\$ 1,4 trilhão.

Olavo Setúbal preconizou ainda a reformulação do perfil industrial, para gerar mais empregos, e uma reforma tributária que «dê mais recursos aos Estados e municípios». E conclui dizendo que «a saída da crise passa pelo caminho de amplas reformas e pela rota de um capitalismo humanista e reformador, capaz de integrar — sem traumas e confrontos — as funções sociais de empreendedores, trabalhadores e governantes».